



associação  
portuguesa  
de urbanistas

# OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL

**Alexandre Santos Serra** – Técnico Superior com a pasta do OPL, na ANMP;

**Aristides Carvalho** – Coordenador do Gabinete de Tecnologias de Informação, na ANMP



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

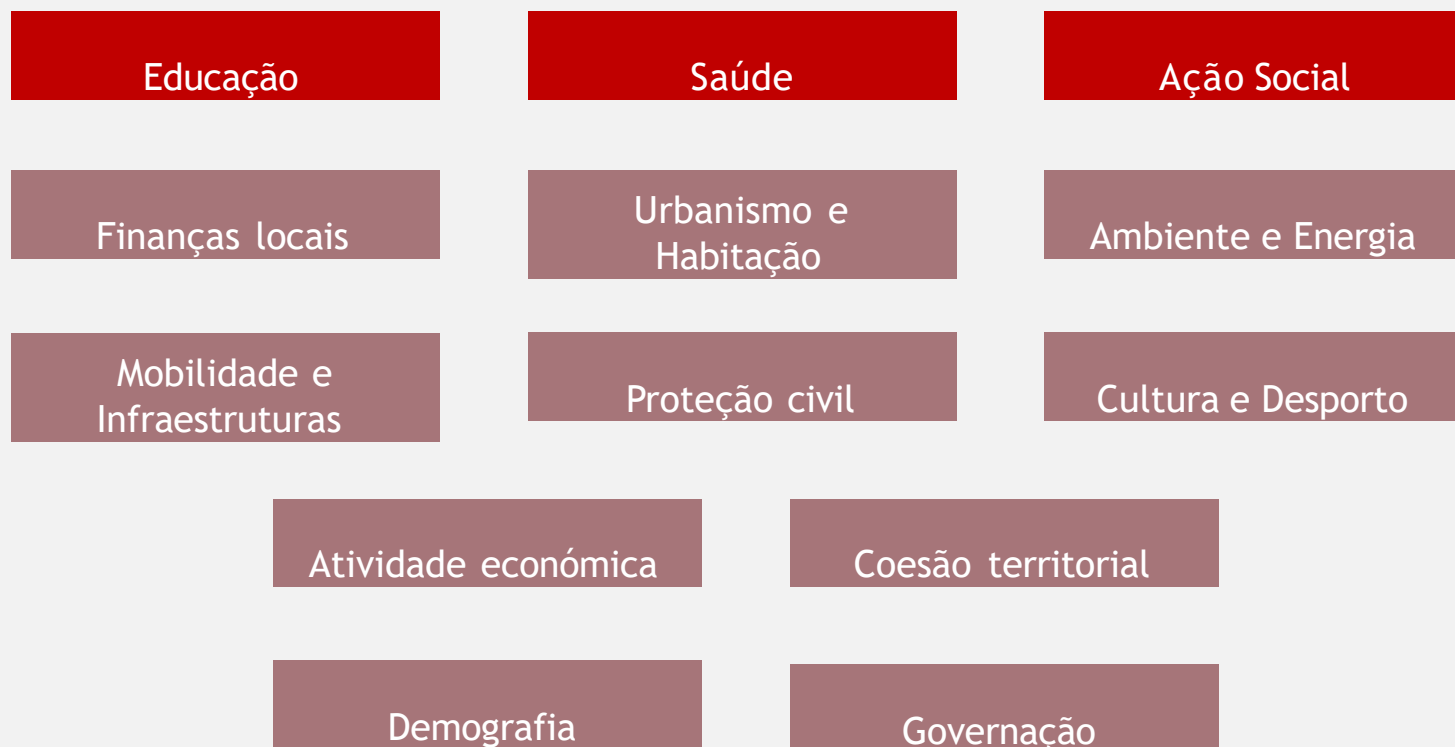
# OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL

- O Observatório do Poder Local (doravante, OPL) surge no **âmbito da ENTI** e é financiado pelo PRR. Encontra-se, atualmente, em construção. E tem prazo de conclusão a 30 de junho, 2026.
- Este projeto, encabeçado pela ANMP, e auxiliado pelo Consórcio (composto pela EY e pela OneSource) consistirá na criação de um portal autárquico com repositório online, concebido para garantir a ligação e a interoperabilidade com os sistemas informáticos das autarquias e das entidades do Estado, possibilitando uma recolha contínua dos dados e permitindo aprofundar o conhecimento acerca da realidade autárquica.
- O OPL privilegiará, assim e sobretudo, a reutilização de informações já disponíveis noutros sistemas, obviando à duplicação de esforços e custos, com evidentes ganhos, que se antecipam, na rapidez e eficácia nos processos.

# OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL

## DOMÍNIOS DO OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL (OPL)

Abrangência Temática e articulação com competências:



1

# OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL

## DOMÍNIOS DO OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL (OPL)

Envolvimento de entidades - exequibilidade da interoperabilidade:

Domínio	Entidades a envolver
Educação	INE; DGAL; InfoEscolas; DGEEC (DG Estat. Educação e Ciência); DGAEP (DG Adm. e Emprego Público)
Saúde	DGAL; INE; SNS; DG Saúde; Ministério da Saúde;
Ação Social	DGAL; INE; Segurança Social (Carta Social)
Finanças locais	DGAL; Autoridade Tributária; Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Urbanismo e Habitação	INE; IHRU; DGT
Ambiente e energia	ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos); INE; APA; APREN; ICNF; DGT (...)
Mobilidade e infraestruturas	INE; DGAL; ANAC (Aut.Nac. Aviação Civil); ANSR (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária); Mobi.e

Domínio	Entidades a envolver
Proteção civil	ANPC (Aut. Nac. proteção Civil); ICNF; AGIF (Agência Gestão Integrada de Fogos Rurais); Liga dos Bombeiros portugueses; DGAL
Cultura e desporto	GEPAC (Gab. Estratégia Planeamento e avaliação culturais); INE -; Ministério da Cultura; DGAL
Atividade económica	INE; AICEP; IEFPP; GEP/MTSSS - Gabinete de Estratégia e Planeamento
Coesão territorial	INE; Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Recuperar Portugal
Demografia	INE
Governança	SGMAI; Base.Gov; INE; DGAL; Comissão Nacional de Eleições; DGAL

# OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL

## Urbanismo e Habitação

No âmbito próprio Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), que se trata do instrumento transversal e de topo do sistema de gestão territorial estão definidos objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece-se o modelo de organização do território nacional – onde é evidente, apesar do hercúleo esforço dos Relatórios de Estado do Ordenamento do Território, a assincronia de dados existentes no processo de monitorização, face aos períodos em avaliação (são 249 desafiantes indicadores, dinâmicos, que é preciso manter atuais e fiabilizados).

No âmbito do importante Programa Nacional de Habitação (2022-2026) também se verificam idênticos constrangimentos. Não há dúvida que, o exercício de monitorização está a ser feito, mas o desafio é, uma vez mais, a existência de dados fiáveis, o modelo da sua recolha e, ainda, da sua medida.

**Assim, é indiscutível que só boas monitorizações e diagnósticos de qualidade permitem boas decisões futuras.**

# OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL

## Os objetivos do OPL são:

- Criar uma plataforma tecnológica centralizada, com informação recolhida, maioritariamente, através de entidades centralizadoras;
- Analisar e tratar essa informação, com vista a partilhá-la no seu portal;
- Agregar informação a diferentes escalas territoriais (Municípios > Entidades Intermunicipais > Região > País);
- Permitir interoperabilidade com os sistemas informáticos das autarquias e outras entidades, potenciando o uso da informação constante no OPL.

No fundo, o objetivo primordial será o de **proporcionar um acompanhamento mais rigoroso da formulação das políticas públicas e apoiar no processo de tomada de decisão, acrescentando qualidade de vida aos cidadãos.**

# PRINCIPAIS DESAFIOS

- 1 | Dispersão da informação, requer o envolvimento de um elevado numero de entidades externas distintas (+/- 600 indicadores; +30 entidades).
- 2 | Agregação da informação: nem sempre existe informação desagregada por Município, o que pressupõe um tratamento adicional dos dados e calibração.
- 3 | Equilíbrio entre a transparência da informação e a segurança e proteção de dados.
- 4 | Dificuldades na interoperabilidade na recolha de dados:
  - Entidades nem sempre dispõe de mecanismos para disponibilizar a informação;
  - Informação requer trabalho manual de preparação feito pelas entidades.